

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
2002

1.ª FASE  
1.ª CHAMADA

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

---

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
  - **GRUPO I** – 3 (três) questões;
  - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

---

### GRUPO I

- Seleccione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

## TEXTO

AGOSTINHO – E agora quero que entendas deverem as realidades significadas ser tidas em maior conta que os sinais. Com efeito, tudo o que é por causa de outra coisa merece necessariamente menos estima do que aquilo por causa do qual é; a não ser que tu julgues o contrário.

ADEODATO – Parece-me que neste ponto não se deve dar inconsideradamente o assentimento, pois, ao dizermos -imundície (*coenum*), julgo que este nome é incomparavelmente superior à coisa que significa. O que nos fere, ao ouvi-lo, não pertence ao som da palavra mesma, pois a palavra – *coenum* (imundície), mudada uma letra, é – *coelum* (céu). Ora entre as realidades significadas por estes nomes, vemos qual a distância. Por conseguinte, de modo nenhum atribuirei a este sinal o que aborrecemos na coisa que ele significa. Portanto, a esta anteponho justamente aquele. De facto, com mais agrado ouvimos o sinal do que nos apercebemos dessa coisa por meio de algum sentido.

AGOSTINHO – É responder com a máxima lucidez! Por conseguinte, é falso que todas as coisas se devem ter em maior conta que os seus sinais.

ADEODATO – Assim parece.

AGOSTINHO – Diz-me pois o que julgas pretenderem aqueles que deram o nome a uma coisa tão asquerosa e desprezível, e se os aprovas ou desaprovas.

ADEODATO – Eu, verdadeiramente, nem ousa aprová-los nem desaprová-los; também não sei o que pretendiam.

AGOSTINHO – Podes ao menos tu saber o que pretendes quando pronuncias esse nome?

ADEODATO – Isso posso perfeitamente, pois quero proferir um sinal, para ensinar ou advertir dessa realidade a pessoa com quem falo, visto julgar necessário ensiná-la ou adverti-la.

AGOSTINHO – Mas quê? O mesmo ensinar ou advertir, bem como o ser ensinado ou advertido, coisa que tu ou fazes ou te é feito comodamente por meio deste nome – não será mais digno de estima do que o mesmo nome?

ADEODATO – Concedo que a ciência mesma, que advém por este sinal, se deve antepor ao próprio sinal; mas nem por isso julgo que a própria realidade também.

AGOSTINHO – Por conseguinte, nessa nossa afirmação, embora seja falso que todas as coisas se devem antepor aos seus sinais, não é todavia falso que tudo aquilo que é por causa de outra coisa merece menos estima do que aquilo por causa do qual é. De facto, o conhecimento da imundície, em razão do qual se formou este nome, deve ser tido em maior conta que o mesmo nome; este, por sua vez, como verificámos, deve antepor-se a essa mesma imundície. Efectivamente, não foi por outro motivo que se antepôs este conhecimento ao sinal de que tratámos, senão por se demonstrar que o sinal é por causa do conhecimento, e não este por causa daquele.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga,  
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 96-98

## QUESTÕES

1. De acordo com o texto, explique em que sentido se afirma deverem as realidades ser tidas em maior conta do que os sinais.
2. Explique, com base no texto, a tese apresentada por Adeodato (segundo parágrafo).
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

## TEXTO

*Capítulo V – Deus é tudo o que é melhor ser que não ser; existindo só ele por si mesmo, fez do nada tudo o mais.*

Que és, pois, Senhor nosso Deus, maior do que quem nada se pode pensar? Mas quem és, senão aquilo que, sendo a suprema de todas as realidades e a única existente por si mesma, fez do nada todas as outras coisas? Efectivamente, tudo o que não é essa realidade suprema é menor do que se pode pensar; mas isto não pode ser pensado de ti. Que bem falta pois ao sumo Bem, pelo qual existe todo o bem? Por conseguinte, tu és justo, veraz, feliz, e tudo aquilo que é melhor ser que não ser; efectivamente, é melhor ser justo que não-justo; feliz, que não-feliz.

*Capítulo VI – Deus é sensitivo, embora não seja corpo.*

Visto, porém, que é melhor ser sensitivo, onnipotente, misericordioso e impassível do que não o ser, de que modo és sensitivo, se não és corpo? Ou onnipotente, se não podes todas as coisas? Ou misericordioso e impassível ao mesmo tempo? Na verdade, só as coisas corpóreas são sensitivas, pois os sentidos são relativos ao corpo e estão no corpo. Como és então sensitivo, tu que não és corpo, mas o sumo espírito, que é mais perfeito que o corpo?

Mas, afinal, sentir não é senão conhecer, ou só existe para conhecer. De facto, quem sente conhece segundo o que é próprio dos sentidos, por exemplo, as cores por meio da vista, os sabores por meio do gosto. Sendo assim, não é contra a razão dizer que [quem conhece] sente de algum modo tudo o que de algum modo conhece.

Por conseguinte, Senhor, embora não sejas corpo, és todavia verdadeira e sumamente sensitivo, mas segundo aquele modo pelo qual conheces em sumo grau todas as coisas, não pelo qual o animal conhece com os sentidos corporais.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval, Braga,  
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 141-142*

## QUESTÕES

1. Exponha, com base no texto, a justificação da perfeição de Deus.
2. Explique, de acordo com o texto, de que modo Deus é sensitivo.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

### TEXTO

Como nos superespíritos há potencialidade e efectividade, não será difícil descobrir a pluralidade de superespíritos, o que seria impossível se neles não houvesse potencialidade. Por isso, diz o Comentador, no livro terceiro de *A Alma*, que, se a natureza do intelecto passivo fosse ignorada, não poderíamos descobrir pluralidade nos seres isentos de matéria. Há pois distinção deles entre si, segundo o grau de potencialidade e efectividade, tendo o superespírito superior, por mais próximo do Primeiro [Ser], mais efectividade e menos potencialidade, e semelhantemente quanto aos outros. E isto tem o seu termo na alma humana, que ocupa o último degrau nos seres intelectivos. E por isso o seu intelecto passivo está para as dínases [formas] inteligíveis, como a proto-matéria – que ocupa o último degrau na existência sensível – está para as dínases sensíveis, conforme diz o Comentador no terceiro livro de *A Alma*. Por isso a compara o Filósofo a uma «tábua rasa», em que nada está escrito.

Por esta razão, uma vez que entre os outros seres inteligíveis [a alma] é o de mais potencialidade, torna-se tão próxima das coisas materiais, que a realidade material é atraída a participar da sua existência, de modo que da alma e do corpo resulta uma única existência num único composto, embora essa existência, por ser da alma, não seja dependente do corpo. E assim, depois desta dínase, que é a alma, encontram-se outras dínases com mais potencialidade e mais próximas da matéria, na medida em que a existência delas não se dá sem a matéria. Também nelas há ordem e gradação, até [se chegar] às últimas dínases, as dos elementos, as quais são as mais próximas da matéria. Em razão disso, elas não têm qualquer operação, a não ser pelo que respeita à tensão das propriedades activas e passivas, e de outras, pelas quais a matéria se dispõe para [receber] a dínase.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga,  
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 228-229

### QUESTÕES

1. Justifique, com base no texto, a pluralidade de seres independentes da matéria.
2. Explique, de acordo com o texto, por que razão a alma humana «ocupa o último degrau nos seres intelectivos».
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

### TEXTO

4. A terceira luz, que ilumina na investigação das verdades inteligíveis, é a luz do conhecimento filosófico, que se chama interior, porque inquire as causas íntimas e ocultas das coisas, o que obtém por meio dos primeiros princípios das ciências e da verdade natural, que estão impressos naturalmente no homem. Esta luz divide-se em *racional*, *natural* e *moral*. A suficiência desta divisão é aceitável, porquanto há verdade dos discursos, verdade das coisas e verdade dos costumes. A filosofia racional considera a verdade dos discursos, a filosofia natural a verdade das coisas e a filosofia moral a verdade dos costumes. Ou, de outro modo: assim como em Deus, ser supremo, deve considerar-se a razão de causa eficiente, de causa formal ou exemplar e de causa final, porque é «causa de existir, razão de entender e norma de viver»; assim igualmente na iluminação da filosofia, visto que esta ilumina ou para se conhecerem as causas do ser, e tal é a *física*; ou as razões de entender, e tal é a *lógica*; ou a norma de viver, e tal é a *moral* ou filosofia prática. Ainda, um terceiro modo: porque a luz do conhecimento filosófico ilumina a mesma faculdade intelectual, poderá realizá-lo de três maneiras: enquanto essa luz rege a faculdade motiva, e assim é *moral*; enquanto se rege a si própria, e assim é *natural*; enquanto rege a faculdade interpretativa, e assim é *discursiva*. Desta sorte, o homem fica iluminado em relação à verdade da vida, à verdade da ciência e à verdade da doutrina.

(...)

Além disso, o nosso entendimento é dirigido em seus juízos por meio de razões formais, as quais podem ser consideradas sob três aspectos: em relação à matéria, e assim chamam-se razões propriamente formais; em relação à alma, e chamam-se razões intelectuais; em relação à sabedoria divina, e chamam-se razões ideais. Daqui dividir-se a filosofia natural em *física* propriamente dita, *matemática* e *metafísica*; de tal sorte que a física estuda a geração e a corrupção das coisas segundo as suas virtudes naturais e as razões seminais; a matemática considera as formas abstractas segundo as razões inteligíveis; a metafísica tem por objecto o conhecimento de todos os seres, que reduz ao primeiro Princípio, do qual provieram segundo as razões ideais, ou seja, redu-los a Deus enquanto princípio, fim e exemplar deles, se bem que haja alguma controvérsia, entre os metafísicos, a propósito destas razões ideais.

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 24-27

### QUESTÕES

1. Identifique, com base no texto, o tipo de razões formais implicado na divisão *física* da filosofia natural.
2. Explícite, com base no texto, a compreensão de Deus enquanto «princípio, fim e exemplar» de todos os seres.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

### TEXTO

34 – *Que a vontade, tal como o entendimento, é requerida para julgar*

Concordo em que nada poderíamos julgar se o nosso entendimento estivesse ausente, porquanto não há sinal de a nossa vontade se determinar acerca daquilo de que o entendimento, de modo nenhum, se apercebe. Porém, como a vontade é absolutamente necessária para que concedamos o nosso consentimento à coisa percebida de alguma maneira, e não é preciso, para fazer um juízo, que tenhamos um conhecimento completo e perfeito, daí advém que damos, muitas vezes, o nosso consentimento a coisas de que nunca tivemos senão um conhecimento muito confuso.

35 – *Que a vontade tem mais extensão que o entendimento e que daí resultam os nossos erros*

Além disso, o entendimento aplica-se só aos raros objectos que se lhe apresentam, o seu conhecimento é sempre muito limitado. Ao passo que a vontade, de algum modo, pode parecer infinita, porque nada apreendemos que possa ser objecto de uma outra vontade, mesmo dessa vontade imensa que está em Deus, a que a nossa não se possa também estender. Daí resulta que a levemos, geralmente, para lá do que conhecemos clara e distintamente. E quando dela abusamos por esta forma, não causa admiração que nos suceda enganarmo-nos.

36 – *Os quais não podem ser imputados a Deus*

Pois bem: embora Deus não nos haja dotado com um entendimento onisciente, não devemos crer por isso que seja ele o autor dos nossos erros, porquanto todo o entendimento criado é finito, sendo, pois, da natureza do entendimento finito não ser onisciente.

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 80-81

### QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, a natureza do entendimento humano.
2. Recorrendo ao texto, justifique a tese nele enunciada sobre a origem do erro.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

114/7

## TEXTO

Mas se estes factos são demasiado longínquos, a história da Inglaterra oferece-nos outros mais recentes, os quais mostram com que facilidade, com que prontidão, os eclesiásticos adaptaram os seus decretos, os artigos da fé, os cultos, a um sinal do príncipe, fosse ele Henrique VIII, Eduardo, Maria ou Isabel: as ideias e as ordens destes príncipes eram tão diversas em matéria de religião que ninguém, a não ser um insensato, para não dizer um ateu, ousaria defender que um homem honesto, um fiel do Deus verdadeiro poderia obedecer aos seus decretos conservando a consciência pura e intacta a sua fé em Deus. Numa palavra, que um rei siga o seu próprio juízo ou uma autoridade eclesiástica, ou queira, segundo a opinião alheia, impor leis à religião dos outros, é tudo a mesma coisa. O juízo dos eclesiásticos, cujas divergências e animosidades são por demais conhecidas, não é nem mais íntegro, nem mais seguro do que o seu; e nem o conjunto dos seus votos, venham de quem vierem, pode acrescentar força alguma ao poder civil. Ainda que isto seja digno de nota, os príncipes não têm por hábito dar importância às opiniões e aos sufrágios dos eclesiásticos que não partilham a sua fé e o seu culto.

Mas, o que é fulcral e põe fim à discussão, ainda que a opinião do magistrado seja mais importante, e o caminho que me manda seguir seja o verdadeiro caminho evangélico, se eu, no fundo do coração, não estiver persuadido, não será para mim um caminho salutar. Nenhum caminho que eu siga contra a minha consciência me conduzirá alguma vez à morada dos bem-aventurados. Posso enriquecer numa profissão que detesto, posso curar-me graças a remédios em que não confio, mas não posso salvar-me por uma religião de que duvido, por um culto que abomino. É em vão que o incrédulo afecta um comportamento exterior honesto, se, para agradar a Deus, tem necessidade de fé e sinceridade interior. A mais miraculosa e experimentada medicina é em vão administrada se, logo depois de tomada, for rejeitada pelo estômago, e nunca se deve obrigar ninguém a tomar, contrariado, um remédio que a sua idiossincrasia transforma em veneno. Seja o que for que se possa pôr em dúvida em matéria de religião, uma coisa é, pelo menos, certa; é que nenhuma religião, que não tome como verdadeira, pode ser para mim verdadeira ou útil. Logo, é em vão que, sob o pretexto de salvar a alma dos seus súbditos, o magistrado os obriga a aderir à sua própria religião: se nela acreditam, virão espontaneamente; se não acreditam, ainda que venham, não deixarão de se perder. Por muito bem que queirais a outrem, por mais que façais para o salvar, não o podeis forçar a salvar-se: depois de tudo, deve deixar-se entregue a si próprio e à sua consciência.

Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 104-105

## QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, as consequências da não separação dos poderes civil e religioso.
2. Explícite a tese sobre a fé defendida no texto.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.



### TEXTO

**9 – Que cada substância singular exprime todo o universo à sua maneira e que na sua noção estão compreendidos todos os seus acontecimentos, com todas as suas circunstâncias e toda a série das coisas exteriores.**

Disto se seguem vários paradoxos consideráveis, como, entre outros, o de que não é verdade que duas substâncias se assemelhem inteiramente e sejam diferentes «*solo numero*» [apenas pelo número], e que o que S. Tomás assegura acerca deste ponto dos anjos ou inteligência (*quod ibi omne individuum sit species infima*) [que aí todo o indivíduo é uma ínfima espécie] é verdade para todas as substâncias, contanto que se tome a diferença específica como a tomam os géometras relativamente às suas figuras. *Item* [do mesmo modo] que uma substância não poderia começar senão por criação, nem perecer senão por aniquilação; que não se divide uma substância em duas, nem de duas se faz uma, e que assim o número das substâncias não aumenta nem diminui naturalmente, embora sejam frequentemente transformadas. Mais, toda a substância é como um mundo inteiro e como um espelho de Deus, ou de todo o universo, que cada uma exprime à sua maneira, quase como uma mesma cidade é diversamente representada segundo as diferentes posições de quem a vê. Assim, o universo está, de certo modo, multiplicado tantas vezes quantas as substâncias existentes, e a glória de Deus está igualmente redobrada por outras tantas representações diferentes da sua obra. Pode mesmo dizer-se que toda a substância traz, de algum modo, a marca da sabedoria infinita e da onipotência de Deus, e a imita tanto quanto é capaz. Pois exprime, ainda que confusamente, tudo o que acontece no universo, passado, presente ou futuro, o que tem alguma semelhança com uma percepção ou conhecimento infinito; e como, por sua vez, todas as outras substâncias exprimem esta e a ela se acomodam, pode dizer-se que estende o seu poder sobre todas as outras, à imitação da onipotência do Criador.

Lisboa, Edições 70, 1985, pp. 26-28

### QUESTÕES

1. Fundamente, com recurso ao texto, o princípio da identidade dos indiscerníveis.
2. Justifique, com base no texto, a afirmação: «o universo está, de certo modo, multiplicado tantas vezes quantas as substâncias existentes».
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

### TEXTO

E assim são possíveis os imperativos categóricos, porque a ideia da liberdade faz de mim um membro do mundo inteligível; pelo que, se eu fosse só isto, todas as minhas acções *seriam* sempre conformes à autonomia da vontade; mas como ao mesmo tempo me vejo como membro do mundo sensível, essas minhas acções *devem* ser conformes a essa autonomia. E esse dever *categórico* representa uma proposição sintética *a priori*, porque acima da minha vontade afectada por apetites sensíveis sobrevém ainda a ideia dessa mesma vontade, mas como pertencente ao mundo inteligível, pura, prática por si mesma, que contém a condição suprema da primeira, segundo a razão (...).

(...) Colocado nesse ponto de vista, tem ele a consciência de possuir uma boa vontade, a qual constitui, segundo a sua própria confissão, a lei para a sua má vontade como membro do mundo sensível, lei essa cuja dignidade reconhece ao transgredi-la. O dever moral é, pois, um próprio querer necessário seu como membro de um mundo inteligível, e só é pensado por ele como dever na medida em que ele se considera ao mesmo tempo como membro do mundo sensível.

BA 111-113, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 104-105

### QUESTÕES

1. Caracterize, a partir do texto, o ser humano.
2. Explícite, com base no texto, a diferença entre «dever moral» como «querer» e como «dever».
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

## GRUPO II

- Seleccione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- Apresente um plano organizador.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

OBRAS	TEMAS
DA NATUREZA, Parménides .....	Conhecimento humano
GÓRGIAS, Platão .....	Política e bem
FÉDON, Platão .....	Aprender e saber
CATEGORIAS, Aristóteles .....	Indivíduo, predicação e verdade
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel	Filosofia e verdade
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Possibilidade de uma síntese do pensamento moderno
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Socratismo estético e tragédia
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	Certeza e fundamento
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	Significado da não acção do filósofo
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	A crença como problema filosófico
PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA Joaquim de Carvalho .....	Indagação fenomenológica da saudade
SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger .....	Ser humano e liberdade
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	Interpretação e autocompreensão

**FIM**

**V.S.F.F.**

114/11

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. e 2. .... (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. .... (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

### GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

**TOTAL** ..... 200 pontos